



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffrs.edu.br

PREGÃO Nº 50/2022

Processo Administrativo n.º **23205.026280/2022-07**

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a gestão e realização dos exames laboratoriais, de imagem, bem como avaliações oftalmológicas e avaliações clínicas com a emissão de Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) pelo Sistema SIAPE-SAÚDE conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas pelo Decreto 6856/2009, para os servidores da Universidade Federal da Fronteira Sul dos campi de Cerro Largo/RS, Passo Fundo/RS, Erechim/RS, Laranjeiras do Sul/PR e Realeza/PR, visando a prevenção da saúde dos servidores, em função dos riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Grupo	Item	Catálogo	Especificação Técnica	Qtd	Unidade medida	Valor Unit.	Valor Total
01 Cerro Largo	1	3950001100014	AVALIAÇÃO CLÍNICA E EMISSÃO DE ATESTADO SAÚDE OCUPACIONAL – CERRO LARGO Avaliação Clínica a ser realizada por todos os servidores após a realização dos exames, os dados da anamnese e demais informações, deverão ser incluídas em sistema desenvolvido especialmente para isso, Siapnet – Saúde – módulo Periódicos, sendo que para tanto, o profissional (médico) será capacitado para a operacionalização do sistema e necessitará de certificação digital para acesso ao mesmo. Após a inserção dos dados deverá ser emitido o Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) no sistema Siape.	172	Unid.	R\$ 103,80	R\$ 17.853,60
	41	3950001100020	EXAME HEMOGRAMA COMPLETO – CERRO LARGO Exame Hemograma completo	172	Unid.	R\$ 18,95	R\$ 3.259,40
	36	3950001100026	EXAME GLICEMIA – CERRO LARGO Exame de Glicemia	172	Unid.	R\$ 12,37	R\$ 2.127,64
	66	3950001100032	EXAME URINA TIPO I (ELEMENTOS ANORMAIS E SEDIMENTOSCOPIA; EAS – CERRO LARGO Exame de Urina Tipo I- elementos anormais e Sedimentoscopia eas, rotina de urina.	172	Unid.	R\$14,83	R\$ 2.550,76
	31	3950001100038	EXAME CREATININA – CERRO LARGO Exame Creatinina	172	Unid.	R\$ 14,17	R\$ 2.437,24



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

	26	3950001100044	EXAME COLESTEROL TOTAL – CERRO LARGO Exame Colesterol Total	172	Unid.	R\$ 15,99	R\$ 2.750,28
	61	3950001100050	EXAME TRIGLICERÍDEOS – CERRO LARGO Exame Triglicerídes	172	Unid.	R\$ 13,62	R\$ 2.342,64
	16	3950001100056	EXAME AST (TRANSAMINASE GLUTÂMICA OXALACÉTICA TGO) – CERRO LARGO Exame AST (Transaminase Glutâmica Oxalacética TGO)	172	Unid.	R\$ 13,07	R\$ 2.248,04
	11	3950001100062	EXAME ALT (TRANSAMINASE GLUTÂMICA PIRÚVICA TGP) – CERRO LARGO Exame ALT (Transaminase Glutâmica Pirúvica TGP)	172	Unid.	R\$ 13,07	R\$ 2.248,04
	21	3950001100068	EXAME CITOLOGIA ONCÓTICA (PAPANICOLAU), PARA MULHERES, COLETA E EXAME DO MATERIAL – CERRO LARGO Exame Citologia Oncótica (Papanicolau) – para mulheres, coleta e exame do material	86	Unid.	R\$ 143,36	R\$ 12.328,96
	51	3950001100074	EXAME PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES (METODO IMUNOCROMATOGRÁFICO) – CERRO LARGO Exame Pesquisa de sangue oculto nas fezes (método imunocromatográfico)	35	Unid.	R\$ 44,36	R\$ 1.552,60
	46	3950001100080	EXAME MAMOGRAFIA, PARA MULHERES – CERRO LARGO Exame de Mamografia Bilateral, para mulheres	18	Unid.	R\$ 290,91	R\$ 5.236,38
	56	3950001100086	EXAME PSA PARA HOMENS – CERRO LARGO Exame de PSA, para homens	17	Unid.	R\$ 82,96	R\$ 1.410,32
	6	3950001100092	AVALIAÇÃO OFTALMOLÓGICA – CERRO LARGO Avaliação Oftalmológica – realizada por Médico Oftalmologista, inscrito no Conselho Regional de Medicina, em emissão de parecer.	68	Unid.	R\$ 253,60	R\$ 17.244,80
VALOR TOTAL GRUPO 1							R\$ 75.590,70
02 Passo Fundo	4	3950001100015	AVALIAÇÃO CLÍNICA E EMISSÃO DE ATESTADO SAÚDE OCUPACIONAL – PASSO FUNDO Avaliação Clínica a ser realizada por todos os servidores após a realização dos exames, os dados da anamnese e demais informações, deverão ser incluídas em sistema desenvolvido especialmente para isso, Siapnet – Saúde –	93	Unid.	R\$ 103,80	R\$ 9.653,40



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

		módulo Periódicos, sendo que para tanto, o profissional (médico) será capacitado para a operacionalização do sistema e necessitará de certificação digital para acesso ao mesmo. Após a inserção dos dados deverá ser emitido o Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) no sistema Siape.				
44	3950001100021	EXAME HEMOGRAMA COMPLETO – PASSO FUNDO Exame Hemograma completo	93	Unid.	R\$ 18,95	R\$ 1.762,35
39	3950001100027	EXAME GLICEMIA – PASSO FUNDO Exame de Glicemia	93	Unid.	R\$ 12,37	R\$ 1.150,41
69	3950001100033	EXAME URINA TIPO I (ELEMENTOS ANORMAIS E SEDIMENTOSCOPIA; EAS – PASSO FUNDO Exame de Urina Tipo I- elementos anormais e Sedimentoscopia eas, rotina de urina.	93	Unid.	R\$ 14,83	R\$ 1.379,19
34	3950001100039	EXAME CREATININA – PASSO FUNDO Exame Creatinina	93	Unid.	R\$ 14,17	R\$ 1.317,81
29	39500001100045	EXAME COLESTEROL TOTAL – PASSO FUNDO Exame Colesterol Total	93	Unid.	R\$ 15,99	R\$ 1.487,07
64	3950001100051	EXAME TRIGLICERÍDEOS – PASSO FUNDO Exame Triglicerídes	93	Unid.	R\$ 13,62	R\$ 1.266,66
19	3950001100057	EXAME AST (TRANSAMINASE GLUTÂMICA OXALACÉTICA TGO) – PASSO FUNDO Exame AST (Transaminase Glutâmica Oxalacética TGO)	93	Unid.	R\$ 13,07	R\$ 1.215,51
14	3950001100063	EXAME ALT (TRANSAMINASE GLUTÂMICA PIRÚVICA TGP) – PASSO FUNDO Exame ALT (Transaminase Glutâmica Pirúvica TGP)	93	Unid.	R\$ 13,07	R\$ 1.215,51
24	3950001100069	EXAME CITOLOGIA ONCÓTICA (PAPANICOLAU), PARA MULHERES, COLETA E EXAME DO MATERIAL – PASSO FUNDO Exame Citologia Oncótica (Papanicolau) – para mulheres, coleta e exame do material	53	Unid.	R\$ 143,36	R\$ 7.598,08
54	3950001100075	EXAME PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES (METODO IMUNOCROMATOGRÁFICO) – PASSO FUNDO Exame Pesquisa de sangue oculto nas fezes (método imunocromatográfico)	25	Unid.	R\$ 44,36	R\$ 1.109,00
49	3950001100081	EXAME MAMOGRAFIA, PARA MULHERES – PASSO FUNDO Exame de Mamografia Bilateral, para	8	Unid.	R\$ 290,91	R\$ 2.327,28



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

			mulheres				
	59	3950001100087	EXAME PSA PARA HOMENS – PASSO FUNDO Exame de PSA, para homens	17	Unid.	R\$ 82,96	R\$ 1.410,32
	9	3950001100093	AVALIAÇÃO OFTALMOLÓGICA – PASSO FUNDO Avaliação Oftalmológica – realizada por Médico Oftalmologista, inscrito no Conselho Regional de Medicina, em emissão de parecer.	38	Unid.	R\$ 253,60	R\$ 9.636,80
VALOR TOTAL GRUPO 2							R\$ 42.529,39
03 Erechim			AVALIAÇÃO CLÍNICA E EMISSÃO DE ATESTADO SAÚDE OCUPACIONAL – ERECHIM Avaliação Clínica a ser realizada por todos os servidores após a realização dos exames, os dados da anamnese e demais informações, deverão ser incluídas em sistema desenvolvido especialmente para isso, Siapnet – Saúde – módulo Periódicos, sendo que para tanto, o profissional (médico) será capacitado para a operacionalização do sistema e necessitará de certificação digital para acesso ao mesmo. Após a inserção dos dados deverá ser emitido o Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) no sistema Siapet.		Unid.		
	2	3950001100094		208		R\$ 103,80	R\$21.590,40
	42	3950001100022	EXAME HEMOGRAMA COMPLETO – ERECHIM Exame Hemograma completo	208	Unid.	R\$ 18,95	R\$ 3.941,60
	37	3950001100028	EXAME GLICEMIA – ERECHIM Exame de Glicemia	208	Unid.	R\$12,37	R\$ 2.572,96
	67	3950001100034	EXAME URINA TIPO I (ELEMENTOS ANORMAIS E SEDIMENTOSCOPIA; EAS – ERECHIM Exame de Urina Tipo I- elementos anormais e Sedimentoscopia eas, rotina de urina.	208	Unid.	R\$ 14,83	R\$ 3.084,64
	32	3950001100040	EXAME CREATININA – ERECHIM Exame Creatinina	208	Unid.	R\$ 14,17	R\$ 2.947,36
	27	3950001100046	EXAME COLESTEROL TOTAL – ERECHIM Exame Colesterol Total	208	Unid.	R\$ 15,99	R\$ 3.325,92
	62	3950001100052	EXAME TRIGLICERÍDEOS – ERECHIM Exame Triglicerídes	208	Unid.	R\$ 13,62	R\$ 2.832,96
	17	3950001100058	EXAME AST (TRANSAMINASE GLUTÂMICA OXALACÉTICA TGO) – ERECHIM Exame AST (Transaminase Glutâmica Oxalacética TGO)	208	Unid.	R\$ 13,07	R\$ 2.718,56
	12	3950001100064	EXAME ALT (TRANSAMINASE GLUTÂMICA PIRÚVICA TGP) –	208	Unid.	R\$ 13,07	R\$ 2.718,56



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

			ERECHIM Exame ALT (Transaminase Glutâmica Pirúvica TGP)				
	22	3950001100070	EXAME CITOLOGIA ONCÓTICA (PAPANICOLAU), PARA MULHERES, COLETA E EXAME DO MATERIAL – ERECHIM Exame Citologia Oncótica (Papanicolau) – para mulheres, coleta e exame do material	103	Unid.	R\$ 143,36	R\$ 14.766,08
	52	3950001100076	EXAME PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES (METODO IMUNOCROMATOGRÁFICO) – ERECHIM Exame Pesquisa de sangue oculto nas fezes (método imunocromatográfico)	39	Unid.	R\$ 44,36	R\$ 1.730,04
	47	3950001100082	EXAME MAMOGRAFIA, PARA MULHERES – ERECHIM Exame de Mamografia Bilateral, para mulheres	18	Unid.	R\$ 290,91	R\$ 5.236,38
	57	3950001100088	EXAME PSA PARA HOMENS – ERECHIM Exame de PSA, para homens	21	Unid.	R\$ 82,96	R\$ 1.742,16
	7	3950001100094	AVALIAÇÃO OFTALMOLÓGICA – ERECHIM Avaliação Oftalmológica – realizada por Médico Oftalmologista, inscrito no Conselho Regional de Medicina, em emissão de parecer.	76	Unid.	R\$ 253,60	R\$ 19.273,60
VALOR TOTAL GRUPO 3							R\$ 88.481,22
04 Laranjeiras do Sul	3	3950001100017	AVALIAÇÃO CLÍNICA E EMISSÃO DE ATESTADO SAÚDE OCUPACIONAL – LARANJEIRAS Avaliação Clínica a ser realizada por todos os servidores após a realização dos exames, os dados da anamnese e demais informações, deverão ser inclusas em sistema desenvolvido especialmente para isso, Siapnet – Saúde – módulo Periódicos, sendo que para tanto, o profissional (médico) será capacitado para a operacionalização do sistema e necessitará de certificação digital para acesso ao mesmo. Após a inserção dos dados deverá ser emitido o Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) no sistema Siap.	156	Unid.	R\$ 103,80	R\$16.192,80
	43	3950001100023	EXAME HEMOGRAMA COMPLETO – LARANJEIRAS Exame Hemograma completo	156	Unid.	R\$ 18,95	R\$ 2.956,20
	38	3950001100029	EXAME GLICEMIA – LARANJEIRAS Exame de Glicemia	156	Unid.	R\$12,37	R\$ 1.929,72
	68	3950001100035	EXAME URINA TIPO I (ELEMENTOS ANORMAIS E SEDIMENTOSCOPIA; EAS – LARANJEIRAS Exame de Urina Tipo I- elementos anormais e	156	Unid.	R\$ 14,83	R\$ 2.313,48



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

			Sedimentoscopia eas, rotina de urina.				
33	3950001100041		EXAME CREATININA – LARANJEIRAS Exame Creatinina	156	Unid.	R\$ 14,17	R\$ 2.210,52
28	3950001100047		EXAME COLESTEROL TOTAL – LARANJEIRAS Exame Colesterol Total	156	Unid.	R\$ 15,99	R\$ 2.494,44
63	3950001100053		EXAME TRIGLICERÍDEOS – LARANJEIRAS Exame Triglicerídes	156	Unid.	R\$ 13,62	R\$ 2.124,72
18	3950001100059		EXAME AST (TRANSAMINASE GLUTÂMICA OXALACÉTICA TGO) – LARANJEIRAS Exame AST (Transaminase Glutâmica Oxalacética TGO)	156	Unid.	R\$ 13,07	R\$ 2.038,92
13	3950001100065		EXAME ALT (TRANSAMINASE GLUTÂMICA PIRÚVICA TGP) – LARANJEIRAS Exame ALT (Transaminase Glutâmica Pirúvica TGP)	156	Unid.	R\$ 13,07	R\$ 2.038,92
23	3950001100071		EXAME CITOLOGIA ONCÓTICA (PAPANICOLAU), PARA MULHERES, COLETA E EXAME DO MATERIAL – LARANJEIRAS Exame Citologia Oncótica (Papanicolau) – para mulheres, coleta e exame do material	63	Unid.	R\$ 143,36	R\$ 9.031,68
53	3950001100077		EXAME PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES (METODO IMUNOCROMATOGRÁFICO) – LARANJEIRAS Exame Pesquisa de sangue oculto nas fezes (método imunocromatográfico)	31	Unid.	R\$ 44,36	R\$ 1.375,16
48	3950001100083		EXAME MAMOGRAFIA, PARA MULHERES – LARANJEIRAS Exame de Mamografia Bilateral, para mulheres	13	Unid.	R\$ 290,91	R\$ 3.781,83
58	3950001100089		EXAME PSA PARA HOMENS – LARANJEIRAS Exame de PSA, para homens	18	Unid.	R\$ 82,96	R\$ 1.493,28
8	3950001100095		AVALIAÇÃO OFTALMOLÓGICA – LARANJEIRAS Avaliação Oftalmológica – realizada por Médico Oftalmologista, inscrito no Conselho Regional de Medicina, em emissão de parecer.	60	Unid.	R\$ 253,60	R\$ 15.216,00
				VALOR TOTAL GRUPO 4 R\$ 65.197,67			
05 Realeza	5	3950001100018	AVALIAÇÃO CLÍNICA E EMISSÃO DE ATESTADO SAÚDE OCUPACIONAL – REALEZA Avaliação Clínica a ser realizada por todos os servidores após a realização dos exames, os	151	Unid.	R\$ 103,80	R\$15.673,80



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

		dados da anamnese e demais informações, deverão ser incluídas em sistema desenvolvido especialmente para isso, Siapnet – Saúde – módulo Periódicos, sendo que para tanto, o profissional (médico) será capacitado para a operacionalização do sistema e necessitará de certificação digital para acesso ao mesmo. Após a inserção dos dados deverá ser emitido o Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) no sistema Siap.				
45	3950001100024	EXAME HEMOGRAMA COMPLETO – REALEZA Exame Hemograma completo	151	Unid.	R\$ 18,95	R\$ 2.861,45
40	3950001100030	EXAME GLICEMIA – REALEZA Exame de Glicemia	151	Unid.	R\$12,37	R\$ 1.867,87
70	3950001100036	EXAME URINA TIPO I (ELEMENTOS ANORMAIS E SEDIMENTOSCOPIA; EAS – REALEZA Exame de Urina Tipo I- elementos anormais e Sedimentoscopia eas, rotina de urina.	151	Unid.	R\$ 14,83	R\$ 2.239,33
35	3950001100042	EXAME CREATININA – REALEZA Exame Creatinina	151	Unid.	R\$ 14,17	R\$ 2.139,67
30	3950001100048	EXAME COLESTEROL TOTAL – REALEZA Exame Colesterol Total	151	Unid.	R\$ 15,99	R\$ 2.414,49
65	3950001100054	EXAME TRIGLICERÍDEOS – REALEZA Exame Triglicerídes	151	Unid.	R\$ 13,62	R\$ 2.056,62
20	3950001100060	EXAME AST (TRANSAMINASE GLUTÂMICA OXALACÉTICA TGO) – REALEZA Exame AST (Transaminase Glutâmica Oxalacética TGO)	151	Unid.	R\$ 13,07	R\$ 1.973,57
15	3950001100066	EXAME ALT (TRANSAMINASE GLUTÂMICA PIRÚVICA TGP) – REALEZA Exame ALT (Transaminase Glutâmica Pirúvica TGP)	151	Unid.	R\$ 13,07	R\$ 1.973,57
25	3950001100072	EXAME CITOLOGIA ONCÓTICA (PAPANICOLAU), PARA MULHERES, COLETA E EXAME DO MATERIAL – REALEZA Exame Citologia Oncótica (Papanicolau) – para mulheres, coleta e exame do material	77	Unid.	R\$ 143,36	R\$ 11.038,72
55	3950001100078	EXAME PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES (METODO IMUNOCROMATOGRÁFICO) – REALEZA Exame Pesquisa de sangue oculto nas fezes (método imunocromatográfico)	21	Unid.	R\$ 44,36	R\$ 931,56
50	3950001100084	EXAME MAMOGRAFIA, PARA MULHERES – REALEZA	9	Unid.	R\$ 290,91	R\$ 2.618,19



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

			Exame de Mamografia Bilateral, para mulheres				
60	3950001100090		EXAME PSA PARA HOMENS – REALEZA Exame de PSA, para homens	12	Unid.	R\$ 82,96	R\$ 995,52
10	3950001100096		AVALIAÇÃO OFTALMOLÓGICA – REALEZA Avaliação Oftalmológica – realizada por Médico Oftalmologista, inscrito no Conselho Regional de Medicina, em emissão de parecer.	43	Unid.	R\$ 253,60	R\$ 10.904,80
VALOR TOTAL GRUPO 5							R\$ 59.689,16
TOTAL							R\$ 331.488,14

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de *Saúde*.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.3.1. Os quantitativos abaixo dizem respeito ao total de servidores ativos do quadro funcional da Universidade Federal da Fronteira Sul para os Campi de Cerro Largo-RS, Passo Fundo-RS, Erechim-RS, Laranjeiras- PR e Realeza-PR . O que corresponde ao número de servidores que serão convocados para a realização dos exames no primeiro ano do contrato. Os quantitativos previstos poderão sofrer alteração, considerando-se que é facultado ao servidor a realização dos exames médicos periódicos. Ademais, os quantitativos poderão sofrer alterações em virtude da nomeação de novos servidores e vacâncias. Os quantitativos sofrerão alteração de um ano para o outro em função da periodicidade prevista no decreto 6.856 de 25 de maio de 2009 que regulamenta os exames médicos periódicos para os servidores públicos federais.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizado nos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.1.1 A realização dos exames periódicos se justifica pela necessidade de acompanhar o estado de saúde dos servidores, a fim de detectar precocemente o surgimento de doenças relacionadas ao trabalho ou não, bem como promover a saúde, preservar a saúde dos servidores, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais e profissionais, o Decreto nº 6.856/2009 (que regulamentou o Art. 206-A da Lei nº 8.112/90) e a Portaria Normativa nº 04/2009, da Secretaria de Recursos Humanos do MPOG (alterada pela Portaria Normativa nº 04/2009), tratam que os servidores públicos regidos pela referida legislação serão submetidas a exames médicos periódicos, nos termos e condições definidos em regulamento. O exame médico periódico é uma ação preventiva que visa preservar a saúde e a qualidade de vida dos servidores, por meio de exames clínicos e avaliações



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffrs.edu.br

laboratoriais. Por fim, a realização dos exames possibilitará a consolidação de informações que contribuirão para a formação do perfil epidemiológico dos servidores federais.

2.1.2. Conforme dispõe o Art. 1º da Portaria Normativa nº 4, a realização dos exames periódicos, independentemente de adesão a planos de saúde, deverá abranger todos os servidores públicos federais ativos regidos pela Lei nº 8.112, os servidores nomeados exclusivamente para o exercício de cargo em comissão e os empregados públicos anistiados que retornaram à Administração Pública Federal lotados em todos os *Campi* da UFFS

2.2. Considerando as características do objeto, que trata-se de um contrato de gestão dos exames médicos periódicos, onde a contratada responsabilizar-se-á pelas subcontratadas e também por todo o processo que envolve a inserção dos dados e operacionalização do sistema Siape Módulo Operadora.

2.3. Nesse sentido, considerando a estrutura multi campi da UFFS, e com o objetivo de aumentar a concorrência entre as empresas visando a economicidade da contratação, justifica-se a formação de grupo por Cidade/Campus, sendo que Grupo 1 refere-se aos Exames para os servidores do campus Cerro Largo/RS, Grupo 2 Exames para os servidores do campus Passo Fundo/RS, Grupo 3 Exames para os servidores do campus Erechim/RS, Grupo 4 Exames para os servidores do campus Laranjeiras do Sul/PR e Grupo 5 Exames para os servidores do campus Realeza/PR.

2.4. Para que as empresas vencedoras do certame possam realizar os exames médicos periódicos, ela poderá subcontratar parte dos serviços até o percentual de 70 (setenta) por cento. Visto que em consulta aos prestadores de serviço das regiões onde a UFFS possui Campus, verificou que são raras as empresas que realizam todos os exames do rol estabelecido pelo Decreto 6856/2009 por sua própria estrutura. Os exames médicos periódicos possuem características específicas, visto que são compostos por exames Clínicos, Oftalmológicos, Laboratoriais e de Imagem.

2.5. Ainda em caso de não haver prestador de serviço para prestar determinado exame na cidade onde a UFFS tem Campus, a vencedora do certame deverá subcontratar o serviço na cidade mais próxima, sendo que, o transporte dos servidores até esta cidade será de responsabilidade da contratada.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Os exames médicos periódicos compreendem exames laboratoriais e de imagem, bem como avaliações clínicas e oftalmológicas, conforme a idade, sexo e atividade laboral, conforme o Decreto nº 6.856/2009.

5.1.2. O exame médico periódico, de cada servidor(a), somente será considerado concluído quando emitido o Atestado de Saúde Ocupacional - ASO, gerado via sistema informatizado SIAPE – Módulo Exames Médicos Periódicos. A empresa deverá realizar as inserções de sua responsabilidade no sistema informatizado SIAPE – Módulo Exames Médicos Periódicos.

5.1.3. Os serviços deverão ser prestados nos respectivos municípios onde estão situados os Campi da UFFS, caso não tenha algum recurso na cidade, a contratada deverá responsabilizar-se por esse transporte até a cidade de realização do exame, mediante cronograma divulgado previamente. Caso a Contratada não possua unidade nos municípios de lotação dos servidores ou não realize os exames necessários dentre as suas atividades econômicas, poderá realizar a subcontratação parcial de prestadores estabelecidos no respectivo município conforme os limites estabelecidos no edital, ou utilizar-se de outros meios, como unidades móveis, por exemplo, após aprovação da Contratante.

5.1.4. Os laboratórios/clínicas e consultórios credenciado pela contratada para a realização dos exames devem possuir Registro no Conselho Regional de Medicina do estado onde se localiza sua matriz, nos termos da Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980 (Art. 3º do Anexo de Resoluções CFM nº 1.716/2004), e, ainda devem possuir um profissional legalmente habilitado como responsável técnico, estar em condições de regularidade com as obrigações estaduais e municipais de funcionamento sanitário e exigências dos órgãos fiscalizadores, em especial a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, em salas específicas para coleta de exames laboratoriais, exame de mamografia, demais exames específicos e exames/avaliações clínicas em consultórios médicos.

5.1.5. Em caso de subcontratação a responsabilidade de exigir a qualificação técnica da subcontratada será da empresa contratada que deverá ser apresentada antes da execução do contrato.

5.1.6. Todos os estabelecimentos deverão estar de acordo com as normas de segurança e medicina do trabalho, em especial a NR 32 – Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde.

5.1.7. Os serviços são de caráter continuado, visando o atendimento do que prescreve o Art. 4º do Decreto nº 6.856/2009.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Conforme prevê o Decreto Presidencial nº 7.746 de 05 de junho de 2012, que regulamenta o Art. 3º da Lei 8.666/93, a Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional e as Empresas Estatais dependentes poderão adquirir bens e contratar serviços e obras considerando critérios e práticas de sustentabilidade objetivamente definidos no instrumento convocatório, conforme o disposto neste Decreto:

Parágrafo Único. A adoção de critérios e práticas de sustentabilidade deverá ser justificada nos autos e preservar o caráter competitivo do certame.

Art. 3º Os critérios e práticas de sustentabilidade de que trata o art. 2º serão veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada.

Art. 4º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

I – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e

VII – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

Art. 5º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.

(...)

Art. 8º A comprovação das exigências contidas no instrumento convocatório poderá ser feita mediante certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio definido no instrumento convocatório.

§ 1º Em caso de inexistência da certificação referida no caput, o instrumento convocatório estabelecerá que, após a seleção da proposta e antes da adjudicação do objeto, o contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do bem ou serviço às exigências do instrumento convocatório.

(...)

Art. 16º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deverão elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável, no prazo estipulado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, prevendo, no mínimo:

I – atualização do inventário de bens e materiais do órgão e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;

II – práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;

III – responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; e

IV – ações de divulgação, conscientização e capacitação

6.1.1.1. O certame está em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS que, contempla em suas ações a adoção gradativa de critérios de sustentabilidade para avaliação e compras de bens, materiais ou serviços em função de seu impacto ambiental, social e econômico.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. A prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência se dará na medida exata em que surgirem as demandas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

7.1.2. Os exames médicos periódicos obedecerão aos seguintes intervalos de tempo, em conformidade com o Art. 4º, do Decreto nº 6.856, de 25/05/2009:

7.1.2.1. Bial, para os servidores com idade entre dezoito e quarenta e cinco anos;

7.1.2.2. Anual, para os servidores com idade acima de quarenta e cinco anos;

7.1.2.3. Anual ou em intervalos menores, para os servidores expostos a riscos que possam implicar o desencadeamento ou agravamento de doença ocupacional ou profissional e para os portadores de doenças crônicas.

7.1.2.4. Com periodicidade diferenciada, sempre que o servidor se enquadrar em qualquer das situações previstas nos Artigos 5º, 6º, parágrafo único, 7º e 8º, do Decreto nº 6856, de 25/05/2009.

7.1.3. Os serviços objeto deste Termo de Referência serão solicitados por correspondência eletrônica (e-mail) acompanhada da Nota de Empenho, sendo obrigatória a confirmação de recebimento pela empresa.

7.1.4. O prazo da execução dos serviços, objetos deste certame, é de **60 (sessenta) dias corridos** contados da **convocação dos servidores / confirmação** do recebimento da Ordem de Serviço.

6.1.4.1. Sendo que, a UFFS convocará grupo de servidores para realização dos exames médicos periódicos, que terão o prazo de 30 dias para realizá-los. Após esse período a empresa deverá entregar no prazo de 15 dias um relatório contendo a lista dos servidores que realizaram os exames e quais exames realizaram, juntamente com as Guias de Solicitação de Exames carimbadas pelos estabelecimentos responsáveis e também, dos comprovantes de realização de exame laboratorial/imagem, contendo a data e assinatura de cada servidor que compareceu aos estabelecimentos.

6.1.4.2. No prazo de 45 dias após a convocação dos servidores para a realização dos exames médicos periódicos será iniciada a realização das Avaliações Clínicas. Sendo que a empresa deverá encaminhar cópia dos Atestados de Saúde Ocupacional, emitidos a partir do Sistema Siape, no prazo de até 15 dias após realização de avaliação clínica.

7.2. A execução dos serviços será iniciada imediatamente após a assinatura do contrato, na forma que segue:

7.2.1. Os serviços deverão ser prestados nos seguintes locais, conforme descritos a seguir:

Grupos	CAMPUS	ENDEREÇO
Grupo 1	UFFS - CAMPUS CERRO LARGO-RS	Rua Jacob Reinaldo Haupenthal, 1.580, São Pedro, CEP 97900-000. Telefone: (55) 3359-3950



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffrs.edu.br

Grupo 2	UFFS - CAMPUS PASSO FUNDO-RS	Rua Capitão Araújo, 20, Centro, Cx Postal 3520, CEP 99010-200. Telefone: (54) 3335-8515
Grupo 3	UFFS - CAMPUS ERECHIM-RS	Rodovia ERS 135, km 72, nº 200, CEP 99700-970 Caixa Postal 764. Erechim - RS Telefone: (54) 3321 7050
Grupo 4	UFFS - CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL-PR	BR 158, Km 405 Laranjeiras do Sul-PR. CEP: 85.301-970 / Caixa Postal nº106. Telefone: (42) 3635-0000
Grupo 5	UFFS - CAMPUS REALEZA-PR	Rodovia BR 182 - Km 466. Avenida Edmundo Gaievski, 1000, Cx Postal 253, CEP 85770-000. Telefone: (46) 3543-8300

7.2.2. Os serviços deverão ser prestados em horários posteriormente definidos pela UFFS, e indicados na Nota de Empenho/Ordem de Serviço, e habitualmente ocorrerá durante o horário de expediente, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, podendo, a critério da UFFS, ser alterada para outros horários (noturnos, ou dias não úteis), caso a entrega possa acarretar prejuízos ao normal desenvolvimento dos trabalhos da Instituição, sem ônus adicionais ao contrato.

7.2.3. Quando da realização dos serviços, o responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega verificará a conformidade dos mesmos com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.2.4. Por ocasião da realização do(s) serviço(s), a Universidade Federal da Fronteira Sul reserva-se o direito de proceder a inspeção de qualidade do(s) mesmo(s) e a rejeitá-lo(s), no todo ou em parte, se estiver(em) em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a licitante contratada a promover a devida adequação do serviço, observados os prazos contratuais.

7.2.5. O aceite do(s) serviço(s), pela Universidade Federal da Fronteira Sul, não exclui a responsabilidade civil da licitante contratada por vícios de qualidade ou técnico do produto ou em desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

7.2.6. Caso os serviços sejam rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser adequados no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.7. Correrá por conta e risco da empresa a substituição dos serviços que não estejam de acordo com as especificações técnicas descritas neste Termo de Referência, e na proposta de preços apresentada à época da realização da licitação.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

8.1. Os prazos e a forma de execução da prestação do serviço deverão obedecer ao constante no item 6 deste Termo de Referência.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

8.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, dado da conclusão e recebimento dos Atestados de Saúde Ocupacionais correspondentes a cada grupo de servidores previamente convocados, realizando a conferência das informações presentes na nota fiscal com as constantes nos Atestados de Saúde Ocupacional, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

9.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

9.1.1. Das descrições e quantitativos previstos no item 1 deste Termo de Referência;

9.1.2. Formação de 5 grupos de itens, para o atendimento, sendo que Grupo 1 refere-se aos Exames para os servidores do campus Cerro Largo/RS, Grupo 2 Exames para os servidores do campus Passo Fundo/RS, Grupo 3 Exames para os servidores do campus Erechim/RS, Grupo 4 Exames para os servidores do campus Laranjeiras do Sul/PR e Grupo 5 Exames para os servidores do campus Realeza/PR

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffrs.edu.br

- 10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 10.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 10.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 10.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação.
- 10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 10.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 10.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

11.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

11.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

11.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

11.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

11.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

11.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

11.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffrs.edu.br

11.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

11.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

11.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11.21.1. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

11.21.2. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

11.21.3. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

11.22. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

11.23. Disponibilizar os estabelecimentos responsáveis pela realização dos exames básicos, complementares e específicos, se for o caso, e os locais de avaliação clínica. Os serviços e exames objeto deste certame, deverão ser realizados nas cidades sede dos Campi, exceto exame de mamografia, que poderá ser realizado em cidade mais próxima que se realize este serviço conforme estabelecido no item 5.1.3 deste Termo de Referência.

11.24. Tomar ciência sobre as inserções, de responsabilidade da licitante vencedora, no Sistema informatizado SIAPENET – Saúde – Módulo Periódicos; no perfil – operadora – gestor e profissional.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

- 11.25. Realizar as inserções necessárias no Sistema informatizado SIAPENET – Saúde – Módulo Periódicos de responsabilidade da licitante vencedora;
- 11.26. Providenciar a certificação digital do preposto indicado e médicos, para acesso ao Sistema informatizado SIAPENET – Saúde – Módulo Periódicos de acordo com os requisitos estabelecidos pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.
- 11.27. Cadastrar as empresas credenciadas, no Sistema informatizado SIAPENET – Saúde – Módulo Periódicos.
- 11.28. Atualizar o cadastro do Sistema informatizado SIAPENET – Saúde – Módulo Periódicos, no caso de inclusão de credenciados novos.
- 11.29. Informar à Universidade Federal da Fronteira Sul os locais credenciados cadastrados no Sistema informatizado SIAPENET – Saúde – Módulo Periódicos, para divulgação interna.
- 11.30. Informar à Universidade Federal da Fronteira Sul quando houver novas inclusões de credenciados no Sistema informatizado SIAPENET – Saúde – Módulo Periódicos.
- 11.31. Realizar as atualizações necessárias, em caso de alteração de dados de endereço, telefone e serviços, das empresas cadastradas, para atendimento dos servidores.
- 11.32. Obter a certificação digital para os Médicos e demais profissionais, conforme a necessidade para que estes utilizem o sistema e acesso ao SIAPE
- 11.33. Orientar e manter bem informadas as empresas credenciadas, responsáveis pelos exames e avaliação clínica, sobre o atendimento aos servidores da Universidade Federal da Fronteira Sul.
- 11.34. Informar e manter informadas as credenciadas sobre a forma de encaminhamento dos servidores, que será por meio das Guias de Encaminhamento emitidas no Sistema informatizado SIAPENET – Saúde – Módulo Periódicos.
- 11.35. Oferecer, em caso de dúvida e/ou reclamações, meio de atendimento por telefone e-mail, para todos os servidores da Universidade Federal da Fronteira Sul, contemplados pelos exames periódicos na região contratada.
- 11.36. Realizar a avaliação da capacidade técnica, via SIAPENET – Saúde, de grupos de servidores selecionados e encaminhados pela Universidade Federal da Fronteira Sul no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data de encaminhamento do grupo.
- 11.37. Emitir Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, via SIAPENET – Saúde, em conformidade com as orientações fornecidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a fim de concluir o exame médico periódico.
- 11.38. Enviar, no prazo máximo de 15 dias após o término de cada grupo 2 (duas) vias do Atestado de Saúde Ocupacional de cada servidor, documento de cobrança e relatório discriminando os serviços realizados por servidor. A documentação deverá ser encaminhada para os respectivos Campi onde os serviços foram realizados.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

- 11.39. Realizar os exames médicos, conforme previsto em procedimentos técnico-científicos atualizados por profissionais e/ou entidades devidamente capacitadas, equipadas e qualificadas.
- 11.40. Responsabilizar-se pelo comportamento moral, ético e profissional de seus empregados, cabendo-lhe responder, integralmente, por todos os danos ou atos ilícitos resultantes de ação ou omissão dos mesmos.
- 11.41. Responsabilizar-se exclusiva e integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, incidentes sobre os serviços contratados, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos à Universidade Federal da Fronteira Sul.
- 11.42. Providenciar a substituição dos profissionais alocados para a realização dos serviços nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.
- 11.43. Não fazer uso das informações prestadas pela Universidade Federal da Fronteira Sul que não sejam em absoluto cumprimento do Contrato.
- 11.44. Responsabilizar-se pela prestação dos serviços contratados, durante todo o período de execução, conforme as normas técnicas emitidas pelo Ministério da Saúde e ANVISA.
- 11.45. Prestar os serviços de acordo com as necessidades e solicitações da UFFS.
- 11.46. Organizar rede de serviços de saúde para a realização do objeto, cujos estabelecimentos que a comporão deverão estar em situação regular junto aos órgãos fiscalizadores, além de contar com profissionais capacitados para a coleta e análise/interpretação dos exames laboratoriais e clínicos, com o devido registro nos órgãos competentes.
- 11.47. Comprovação que o estabelecimento de saúde possua o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde CNES, conforme determinação do Ministério da Saúde para todos os estabelecimentos que prestem algum tipo de assistência à saúde.
- 11.48. Os consultórios médicos contratados ou subcontratados para realização dos exames devem possuir Registro no Conselho Regional de Medicina do estado onde se localiza sua matriz, nos termos da Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980 (Art. 3º do Anexo de Resoluções CFM nº 1.716/2004), e, ainda, estar em condições de regularidade com as obrigações estaduais e municipais de funcionamento sanitário e exigências dos órgãos fiscalizadores, em especial a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.
- 11.49. Os laboratórios/clínicas contratados ou subcontratados devem possuir um profissional legalmente habilitado como responsável técnico, estar em condições de regularidade com as obrigações estaduais e municipais de funcionamento sanitário e exigências dos órgãos fiscalizadores, em especial a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, e possuir salas específicas para coleta de exames laboratoriais, exames de mamografia e demais exames específicos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 70 % (setenta por cento) do valor de cada grupo, nas seguintes condições:

12.1.1. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação

12.1.2. A Contratada poderá subcontratar os Exames Laboratoriais, Avaliação Oftalmológica, Exames Clínicos e /ou Exames de Imagem que não realize dentre as suas atividades econômicas.

12.1.3. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica, além da regularidade fiscal e trabalhista, necessários à execução do objeto.

12.1.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

14.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

14.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Encarte B, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

14.9.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

14.9.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.9.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

14.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.16. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

15.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o *Instrumento de Medição de Resultado (IMR)*, conforme previsto no **ENCARTE D do Termo de Referência**, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

15.3.1. não produziu os resultados acordados;

15.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

15.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

16.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

16.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

16.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

16.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffrs.edu.br

acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.4.1. o prazo de validade;

17.4.2. a data da emissão;

17.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

17.4.4. o período de prestação dos serviços;

17.4.5. o valor a pagar; e

17.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.6.1. não produziu os resultados acordados;

17.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

$$I = (TX) \quad \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

18. REAJUSTE

18.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

19.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

- 20.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 20.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 20.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 20.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 20.1.5. cometer fraude fiscal.
- 20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 20.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 20.2.2. **Multa de:**
- 20.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 20.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 20.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 20.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
- 20.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- 20.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 20.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 20.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

20.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

20.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.4. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

20.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

20.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.8.1.1. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.8.1.2. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

21.4.1. Valor Global: **R\$ 331.488,14** (trezentos e trinta e um mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e quatorze centavos)

21.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços do item 1 deste Termo de Referência.

21.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

21.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

22.1.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 331.488,14** (trezentos e trinta e um mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e quatorze centavos)

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

23.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 26440



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

Fonte: 8100000000

Programa de Trabalho: 12.364.5013.2004.0040

Elemento de Despesa: 339039

PTRES: 171278

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes encartes:

24.1.1. **ENCARTE A** – Modelo para apresentação de proposta;

24.1.2. **ENCARTE B** – Mapa de Riscos

24.1.3. **ENCARTE C** - Estudos Técnicos Preliminares

24.1.4. **ENCARTE D** - Instrumento de Medição de resultado – IMR

Chapecó, 16 de setembro de 2022.

LIDIANE MARCANTE

Superintendente de Compras e Licitações

Eu, **CHARLES ALBINO SCHULTZ**, Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura/Ordenador de Despesas, em exercício, conforme disposto no inciso I, § 2º do Art. 7º da Lei 8.666/93, **APROVO** o presente Termo de Referência, visando a **Contratação de empresa especializada para a gestão e realização dos exames laboratoriais, de imagem, bem como avaliações oftalmológicas e avaliações clínicas com a emissão de Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) pelo Sistema SIAPE-SAÚDE conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas pelo Decreto 6856/2009, para os servidores da Universidade Federal da Fronteira Sul dos campi de Cerro Largo/RS, Passo Fundo/RS, Erechim/RS. Laranjeiras do Sul/PR e Realeza/PR, visando a prevenção da saúde dos servidores, em função dos riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais, conforme as especificações e dados constantes no Termo de Referência ora aprovado.**

Chapecó/SC, 16 de Setembro de 2022.

CHARLES ALBINO SCHULTZ

Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura

Ordenador de Despesas